

# SINTESE DENUNCIA UM SUMIÇO DE R\$ 120 MILHÕES DO FUNDEB



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

**Diferença entre contas da Sefaz e da Seed para a verba do Fundeb é alvo de investigação do Ministério Público. Nesta semana, sai um novo relatório. Resta saber se, agora, promotores abrem ou não inquérito civil**

■ Aproximadamente R\$ 120 milhões desapareceram das estatísticas apresentadas pela Secretaria da Educação do Estado de Sergipe - Seed - no ano passado. O número exato é R\$ 121.310.185,61. E agora, em 2013, parece que os sumiços continuam. Enquanto nem mesmo a Seed sabe onde está o dinheiro, o Governo do Estado continua alegando dificuldades financeiras para pagar o piso salarial dos professores, estipulado nacionalmente pela Lei nº 11.738/2008.

Esses valores fazem parte da verba total do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb - e se destinam ao pagamento da folha de professores e à manutenção da Educação - que implica transporte, merenda, entre outras finalidades.

E documentos obtidos pelo Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado de Sergipe - Sintese -, em três órgãos governamentais - Secretaria da Fazenda - Sefaz -, Secretaria da Educação - Seed - e Conselho Estadual do Fundeb - mostram a mais absoluta falta de sincronia entre os números, comprometendo, assim, a credibilidade das próprias instituições responsáveis por gerir o dinheiro.

## UMA MONTANHA SUMIU

Comparações realizadas em todos os meses de 2012 mostram diferenças mensais que ultrapassam a casa dos milhões. O mês em que a divergência de valor foi mais gritante é dezembro, por superar R\$ 33 milhões. Onde estaria, afinal, essa montanha de dinheiro?

Entre os meses de janeiro e fevereiro de 2013, uma nova disparidade entre valores. A folha apresentada pela Sefaz para o Fundeb, neste período, é de R\$ 78.482.959,50. Já a da Seed diz que o fundo pagou R\$ 77.274.057,86 - mais de R\$ 1,2 milhão evaporou.

Com esses dados em mão, o Sintese denunciou a Seed ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado, na esperança de que fossem tomadas as providências para instauração de Inquérito Civil Público. E que o dinheiro do fundo aparecesse. Recentemente, o MP concluiu que as denúncias do Sintese procedem e que existem diferenças nos números apresentados pela Fazenda e pela Seed.

Para se defender, a Seed simplesmente produziu um novo relatório. A secretaria justificou as estatísticas, argumentando que as diferenças se explicariam pelo fato de existirem restos a pagar. Mas essas outras estatísticas apresentadas pela Seed, porém, parecem não convencer. E, semana passada, outro ofício foi enviado pelo Sintese ao MP. Agora que as denúncias já estão nas mãos do promotor Luís Fausto Valois, resta saber se o MP instaurará ou não o inquérito. Certamente sim.

E a pergunta é: qual o valor real da folha de pagamento

da Secretaria da Educação? Segundo o Sintese, nem mesmo os gestores da própria Seed sabem e nem explicam o porquê das diferenças na contabilidade.

### SEM LEI

O professor Roberto Silva dos Santos, responsável pelo Controle Social e diretor de Base Estadual do sindicato, argumenta que a falta da disponibilidade de dados dificulta o processo investigativo. "A Seed produz um relatório. Depois, produz outro, manda para o Ministério Público e fica tudo por isso mesmo. E o secretário ainda tem a cara de pau de dizer que está certo. Por lei, nós teríamos que ter acesso a dados corretos. Mas, em Sergipe, a certeza da impunidade impede que haja fiscalização", desabafa Silva.

A diferença de milhões nas folhas de pagamento dos funcionários da Educação do Estado apresentada pelos relatórios da própria Secretaria da Educação, causa indignação sobretudo em quem está acostumado a mover uma denúncia atrás da outra anos a fio, sem obter nenhum resultado.

"Se quem tem o poder de polícia para investigar, que é o MP e o Tribunal de Contas, não nos dá retorno, nós ficamos com as mãos-atadas. Porque isso que a Seed fez agora, ela fez ano passado. E não existiu nenhuma ação. Você faz a denúncia e não vê as coisas acontecerem", argumenta o professor Roberto.

### ENGODO

Os anseios desse professor têm procedência. Segundo o relatório de execução orçamentária do Governo publicado pela Sefaz, de janeiro a abril de 2013, todas as receitas da Seed (MDE, Fundeb e Transferência do FNDE/MEC, excetuando convênios) foram de R\$ 306.445.391,40, enquanto a folha de pagamento do Magistério foi de apenas R\$ 158 milhões.

Claro que a Seed não é feita apenas de folha de pagamento. Mesmo assim, conclui o professor Silva. "Não dá para a gente

aceitar uma situação dessas, com o Governo e o secretário dizendo que não podem pagar o piso, enquanto nós sabemos que existe dinheiro".

A insatisfação dos profissionais da Educação com a Seed é recheada, constantemente, pelo desrespeito da secretaria. E começa pela fiscalização precária. A professora Cláudia Barreto, responsável pelo Controle Social e representante do Conselho Estadual do Fundeb, explica como é o processo investigativo das contas das folhas de pagamento de todo o Estado.

"Eles colocam os dados em um "datashow" para a gente acompanhar a contabilidade. Mas só temos direito de escolher uma ou duas pessoas, com os respectivos CPFs, para aprovar as contas de todo o Estado. É muito pouco, quase nada", explicita a professora.

### DENÚNCIA

Coincidentemente ou não, a Controladoria-Geral da União apresentou, na semana passada, relatório do Fundeb onde se investigou 180 municípios e quatro Estados nordestinos. Foi comprovado o "sumiço" de R\$ 40 bilhões de verbas federais.

E mostra que, em todos os outros Estados da Federação, o estrago pode ser muito maior. E após denúncia, diversos órgãos de imprensa procuraram a Assessoria da CGU, em Brasília, a fim de saber sobre os respectivos Estados. O Cinform também procurou a CGU, com o objetivo de saber o quanto de dinheiro destinado à Educação sergipana já escoou ralo abaixo.

O jornal questionou à CGU sobre folha de pagamento dos professores, licitações e autenticidade das empresas prestadoras de serviço para a merenda e Transporte escolar. Em resposta, a controladoria diz que já encaminhou todos os pedidos de Sergipe, feitos pelo jornal, para os técnicos fiscalizatórios, com intuito de descobrir dados específicos de cada município sergipano. E não disponibilizou a resposta em tempo de sair nesta matéria. ■